



Check for  
Updates

# Análise comparativa do regime fiscal das Zonas Francas na Europa

*Comparative analysis of the tax regime of the Free Zones in  
Europe*

**José Campos Amorim** 

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto

[j.camposamorim@gmail.com](mailto:j.camposamorim@gmail.com)

**Albertina Paula Moreira Monteiro** 

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto

CEOS.PP

[amonteiro@iscap.ipp.pt](mailto:amonteiro@iscap.ipp.pt)

**Catarina Libório Morais Cepêda** 

Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho

[catarina\\_cepêda@hotmail.com](mailto:catarina_cepêda@hotmail.com)

**Gonçalo Rocha Teixeira Faria Coelho** 

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto

[goncalofaria12@gmail.com](mailto:goncalofaria12@gmail.com)

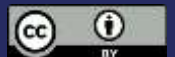
**Conflito de interesses:** nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

**Submissão | Received:** 13/07/2021

**Aprovação | Accepted:** 09/09/2021

**Publicação | Published:** 29/12/2021



Todo o conteúdo da **e<sup>3</sup> – Revista de Economia, Empresas e Empreendedores na CPLP** é licenciado sob *Creative Commons*, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.

## Resumo

---

A luta contra a fraude e evasão fiscais tem sido debatida extensamente na literatura. As Zonas Francas estão sujeitas a diferentes regras de tributação relativamente aos países que as acolhem. Os governos destas Zonas Francas têm maximizado os benefícios fiscais para aumentar o seu nível económico e social, recorrendo à facilidade do planeamento fiscal, financeiro e comercial. Neste contexto, este estudo visa analisar e comparar os regimes fiscais das Zonas Francas da Europa. Ancorada na teoria institucional, esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, utilizando a técnica da análise documental. Os resultados indicam que as Zonas Francas da Europa com tributação mais baixa estão situadas na Polónia, Letónia e Espanha e com regimes fiscais mais atrativos, com isenção de tributação das pessoas coletivas, no Luxemburgo, Reino Unido e Alemanha. As Zonas Francas que integram mais colaboradores por empresa estão na Croácia, na Lituânia e na Polónia. Este estudo é relevante para o governo e empresas definirem políticas e estratégias fiscais, uma vez que identifica as Zonas Francas com regimes fiscais mais favoráveis, as quais poderão ter implicações políticas, organizacionais, económicas e sociais.

**Palavras-chave:** Europa; Offshores, Paraísos Fiscais, Tributação, Zonas Francas

## Abstract

---

The fight against tax fraud and tax evasion has been discussed extensively in the literature. Free Trade Zones are subject to different tax rules than their host countries. The governments of these Free Trade Zones have maximized tax benefits to increase their economic and social level, using the facility of tax, financial, and commercial planning. In this context, this study aims to analyze and compare the tax regimes of Free Trade Zones in Europe. Anchored in institutional theory, this research follows a qualitative approach, using the documentary analysis technique. Results indicate that the lowest tax-Free Trade Zones in Europe are located in Poland, Latvia and Spain, and the most attractive tax regimes, with corporate tax exemption are in Luxembourg, the United Kingdom and Germany. The Free Zones with the highest number of employees per company are in Croatia, Lithuania, and Poland. This study is relevant for governments and businesses to define tax policies and strategies, as it identifies the Free Trade Zones with the most favorable tax regimes, which may have political, organizational, economic, and social implications.

**Keywords:** Europe, Free Trade Zones, Offshores, Tax Havens, Taxation

## 1. Introdução

A situação atual mostra um declínio acentuado do comércio global e a necessidade de desenvolver novos acordos de comércio livre e de os articular com as Zonas Francas com vista a desenvolver a economia dos países envolventes (Ortiz, Delgado, Martel & Riveras, 2016). As Zonas Francas, geralmente localizadas em zonas geográficas próximas de determinados países, têm uma atividade empresarial sujeita a regras específicas que prevalecem em relação à dos países a que pertencem. As Zonas Francas surgem em determinados territórios como instrumento de planeamento para ajudar a impulsionar o seu desenvolvimento económico (Fodor, 2009). De forma a alavancar a economia, as Zonas Francas tendem a maximizar os benefícios fiscais das entidades que investem nos seus territórios, o que acarreta enormes prejuízos para a globalidade do sistema económico e financeiro internacional, na medida em que provocam uma concorrência fiscal desleal. Estas Zonas são também reconhecidas como um importante instrumento de aceleração do crescimento económico devido ao facto de atrair investimento direto estrangeiro, de contribuir para o aumento das exportações, de aumentar a competitividade regional e criar oportunidades de emprego para os residentes (Borozan & Klepo, 2011).

As Zonas Francas são geralmente zonas de baixa tributação destinadas a promover o desenvolvimento das regiões onde estão implantadas, pela via do planeamento fiscal, financeiro e comercial. Estas Zonas constituem regimes fiscais privilegiados que se regem pelos princípios subjacentes aos paraísos fiscais, isto é, a falta de transparência, a reduzida ou ausência de tributação, o sigilo bancário e a ausência de troca de informações. São territórios avessos à aplicação das normas

de direito internacional e, além disso, participam no processo de branqueamento de capitais, protegendo a identidade dos proprietários desses capitais ao garantirem o sigilo bancário absoluto.

Existem grandes diferenças entre as Zonas Francas, que dependem fundamentalmente das economias envolvidas, apesar da sua tipologia ser tendencialmente semelhante (Ortiz *et al.*, 2016; Unido, 1997). Na verdade, muitos países têm tentado estabelecer Zonas Francas para reforçar a vantagem competitiva das suas empresas locais ao nível da competitividade global (Akbari, Azbari & Chajani, 2019). Outros países têm objetivos diferentes, como o desenvolvimento de áreas mais desfavorecidas. Muitas destas Zonas têm, aliás, contribuído para os objetivos das Nações Unidas da agenda 2030 em termos, nomeadamente, de erradicação da pobreza e da fome, de criação de emprego e trabalho digno, de crescimento económico, de implementação de infraestruturas e contributo para a paz e a justiça (Cipollini, 2019).

Este artigo, baseado na teoria institucional, visa comparar as vantagens fiscais das Zonas Francas na Europa, identificando os regimes fiscais em vigor nessas Zonas. A fundamentação teórica deste estudo baseia-se no contributo das Zonas Francas para o crescimento das empresas e economia, sem ter em conta os fatores institucionais relevantes, pois em determinados países o governo intervém extensivamente na economia destas Zonas (Akbari *et al.*, 2019).

Espera-se que este estudo contribua para uma melhor compreensão dos regimes fiscais das Zonas Francas da Europa e ajude os governos e empresas a estabelecerem políticas e estratégias fiscais para fomentar o

desenvolvimento empresarial, económico e social (Fodor, 2009; Borozan & Klepo, 2011; UNEP, 2015; Cipollini, 2019; Coelho, 2020).

Este artigo está estruturado da seguinte forma. Após a introdução, serão apresentados o

enquadramento teórico, os procedimentos metodológicos e os resultados relativos aos Regimes fiscais das Zonas Francas na Europa. Na última secção, serão apresentadas a conclusão e as considerações finais.

---

## 2. Enquadramento

---

### 2.1. Evolução das Zonas Francas

As Zonas Francas são tão antigas quanto as civilizações ocidentais. Existem diferentes tipos de Zonas Francas que foram surgindo com a evolução da sociedade. Por exemplo, a Special Economic Zone (SEZ) existe no comércio internacional há cerca de 2.500 anos. A primeira SEZ foi constituída na China antiga e depois no Império Romano (Word Bank, 1992). Contudo, as primeiras SEZ estabelecidas na Europa Ocidental e nos Estados Unidos remontam ao início do século XVII (Word Bank, 1992).

As SEZ desempenham um papel fundamental na política de promoção das zonas desfavorecidas (Ortiz *et al.*, 2016). Estas beneficiaram do apoio dos países em desenvolvimento e, mais recentemente, do auxílio de organizações, tais como a United Nations Industrial Development Organization (UNIDO), a United Nations Conference on Trade and Development conference (UNCTAD) e a organização japonesa AMPO (Amado, 1989).

As Zonas Francas surgem para promover o investimento estrangeiro, o desenvolvimento tecnológico, a investigação e os serviços nos países onde estão inseridas. Segundo Cipollini (2019), as Zonas Francas têm contribuído para a manutenção das empresas nacionais e, ao mesmo tempo, para a sua expansão internacional.

Na verdade, as Zonas Francas são uma adaptação do conceito de Free Port (FP), que serviu de meio de troca entre os comerciantes internacionais. O mais antigo FP foi estabelecido no Porto Romano de Delos para promover o comércio internacional. Depois, os FPs foram sendo estabelecidos ao longo de rotas comerciais internacionais, como Gibraltar em 1704, Singapura em 1819 e Hong Kong em 1848 (Amado, 1989).

A seguir, surgiram as Special Protection Area (SPZ). Este tipo de Zona Franca foi criado na Irlanda e Taiwan, na década de 1960, para facilitar a livre exportação, uma vez que estavam localizadas perto dos aeroportos, junto das primeiras zonas industriais. Estas SPZ foram também constituídas nos países menos desenvolvidos para permitir as exportações (Word Bank, 1992). Estas zonas originaram a deslocalização da produção industrial para países menos desenvolvidos. Com o tempo, os governos nacionais (ou locais) foram permitindo às indústrias estrangeiras uma acessibilidade internacional (através, nomeadamente, dos portos e aeroportos), uma mão-de-obra mais barata, um nível de regulamentação reduzida e a atribuição de incentivos económicos, financeiros e fiscais muito atrativos (Word Bank, 1992).

Ao longo de décadas, os serviços e instalações prestados pelas Zonas Francas tornaram-se mais sofisticados. Na década de 1970, realizaram-se mudanças estruturais, devido à

crise do petróleo, ao surgimento de novas tecnologias de informação e à globalização, o que levou as indústrias localizadas nos países desenvolvidos a deslocalizar a sua produção para países em desenvolvimento. Assim, as Zonas Francas foram uma estratégia bem-sucedida para atrair investimento direto estrangeiro e empresas estrangeiras (World Bank, 1992).

Recentemente, e de acordo com o Relatório de Investimento Mundial de 2020 das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio, os fluxos globais de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) estão sob forte pressão em resultado da pandemia COVID-19 (UNCTAD, 2020). Por isso, a UNCTAD (2020) espera que estes recursos vitais caiam acentuadamente abaixo do nível mínimo atingido durante a última crise financeira global, desfazendo o já escasso crescimento do investimento internacional durante a última década. O relatório da UNCTAD indica que os fluxos para os países em desenvolvimento serão especialmente afetados, pois os investimentos orientados para a exportação são os mais seriamente afetados por esta crise pandémica. Contudo, a UNCTAD (2020) identifica a recente crise como um possível estímulo para a transformação estrutural da produção internacional nesta década e uma oportunidade para uma maior sustentabilidade. Para alcançar um desenvolvimento sustentável é necessário a existência de um clima político global que seja propício ao investimento transfronteiriço. Como resposta a este desenvolvimento, as SEZ podem dar um contributo no retomar da atividade económica (ESPON, 2020).

Atualmente, existem mais de 5.400 SEZ em quase 150 economias, contra 4.000 em 2015, e outras centenas estão em fase de planeamento. São simultaneamente uma resposta e uma causa da crescente competição

gerada pelo IDE entre certos países e determinadas regiões (UNCTAD, 2020).

## 2.2. Características das Zonas Francas

As Zonas Francas podem ser classificadas em Porto Livre (porto franco), SPZ, SEZ, entreposto aduaneiro, Zona de Livre Comércio (ZLC), centros offshore, Foreign Trade Zones (FTZ) (EUA), paraísos fiscais, zonas francas urbanas (ex. França), entre outras, com diferentes designações (ILO, 2003; WIR, 2019 e Costa, 2020). O primeiro modelo de zona livre foi implantado no aeroporto de Shannon (Irlanda) em 1959, e foi depois transformado em Shannon Free Industrial Zone (Fias, 2008; UNCTAD, 2020).

Estas Zonas Francas contribuíram para a industrialização dos países a que pertencem, mediante uma série de incentivos fiscais, com a implantação de uma rede de SPZ na África (por exemplo, Egito, Senegal, Quênia, Mauritânia, Maurício, Gana e Libéria), na América Latina (em especial, Colômbia, República Dominicana, Costa Rica, Panamá, Argentina, Brasil, Chile, Nicarágua, Uruguai) e na Ásia (Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan, sendo que estes dois últimos países se especializaram na produção de componentes eletrónicos e produtos têxteis). De acordo com WIR (2019), a partir do ano 2000, a China passou a deter mais de metade das SEZs existentes no mundo.

Os países tendem a adotar tipos específicos de SEZs, de acordo com o seu nível de desenvolvimento dos setores da indústria, serviços, logística e turismo, com vista à sua expansão comercial. Este objetivo é atingido com o IDE, o que faz com que certas localidades promovam a exportação e possibilitam que as mercadorias sejam importadas com vista à sua reconfiguração e posterior reexportação (aperfeiçoamento ativo/passivo) (ESPON, 2020). Alguns países, principalmente os que detêm elevadas taxas de

desemprego, procuram, através destas Zonas, atrair IDE para criar mais empregos, reduzir as desigualdades regionais, incentivar à divulgação tecnológica e ao desenvolvimento económico (UNEP, 2015).

Destas Zonas Francas resultam algumas diferenças. Analisando a diferença entre uma Zona Franca (comercial) e uma Zona Offshore, a principal diferença reside no anonimato que caracteriza as empresas offshore ao contrário das Zonas Francas em que as informações de uma empresa localizada numa Zona Franca (comercial) podem ser disponibilizadas por solicitação do interessado. Acresce que, nas Zonas Francas (comerciais), os sócios são titulares de 100% da empresa que está aí instalada, ou seja, não necessitam de um

patrocinador local ou intermediário para se instalar. Além disso, as empresas dispõem geralmente de escritórios, os responsáveis da empresa beneficiam de vistos de residência para poder transacionar dentro e fora da Zona Franca. Contudo, em algumas zonas livres pode ser exigido que as contas sejam mantidas e auditadas anualmente.

Além destas diferenças, existem outras características que distinguem as Zonas Francas. Segundo Pakdeenurit (2014), existem seis tipos de Zonas Francas, dependendo dos objetivos da entidade, da infraestrutura, da política do país e da sua posição geográfica. A tabela 1 apresenta as características das Zonas Francas da Europa.

**Tabela 1** - Características dos vários tipos de Zonas Francas

Tipo de Zona	Definição	Objetivos	Tamanho	Mercados
Zona Franca (Comercial)	Toda a área dentro da Zona Franca é exclusiva das empresas orientadas para a exportação, que estão licenciadas em regime <i>Export Processing Zone</i> (Zona Franca)	Apoio ao comércio	< 50 hectares	Doméstico, reexportação
Tradicional EPZ	Oferece incentivos e facilidades na manufatura e realização de atividades orientadas para a exportação.	Fabricação e exportação	< 100 hectares	Exportação
Hybrid	São tipicamente subdivididos numa zona geral, aberta a todas as indústrias, e numa área separada da Zona Franca, reservada às empresas orientadas para a exportação, com sede na Zona Franca.	Fabricação e exportação	< 100 hectares	Exportação e mercado doméstico
Freeport	Tipicamente, abrange áreas maiores; Abrange todo o tipo de atividades, incluindo o turismo e a venda a retalho; Admite a residência no local e fornece um conjunto mais amplo de incentivos e benefícios.	Desenvolvimento integrado	>100 hectares	Mercados domésticos e de exportação
Zonas Francas urbanas	Visam revitalizar as áreas urbanas e rurais que estão mais necessitadas. Surgem principalmente nos países desenvolvidos e caracterizam-se pelos incentivos fiscais e pelos subsídios financeiros.	Revitalização urbana	<50 hectares	Doméstico
Single Factory EPZ	Proporcionam incentivos às empresas individuais, independentemente da sua localização, ou seja, as fábricas não têm que se localizar dentro de uma determinada zona para receber incentivos e privilégios.	Fabricação e exportação	Designação para empresas individuais	Mercados de exportação
Zonas especializadas	Pretendem promover produtos altamente técnicos e serviços especializados. Redirecionadas para a promoção e produção de parques científicos e tecnológicos.	Fabricação e exportação	Não há mínimo	Mercado de exportação

Fonte: Adaptado de Pakdeenurit (2014)

### 2.3. Os objetivos das Zonas Francas

Os vários tipos de Zonas Francas existentes têm diferentes objetivos. Aquando da sua criação, as Zonas Francas dispõem de objetivos claros de desenvolvimento económico destinadas a proporcionar condições para o desenvolvimento de certas atividades independentemente da existência de incentivos diretos ou indiretos (Heywood, 2000). Os objetivos das Zonas Francas variam em função das economias envolvidas e consistem em estimular o crescimento económico e o emprego a nível nacional, regional e local; mas também atrair investimentos diretos estrangeiros e estimular uma dinâmica industrial (ESPON, 2020).

Dada a sua relevância a nível mundial, várias instituições têm participado na sua regulação. Por exemplo, as Nações Unidas publicaram em 1985 uma lista de objetivos comuns subjacentes ao estabelecimento de Zonas Francas com vista a estabelecer ligações entre as Zonas Francas indústrias e SPZs e a economia doméstica, a incentivar a inovação tecnológica, a aumentar as exportações, a promover investimentos de fontes nacionais e estrangeiras, a desenvolver infraestruturas e a promover as exportações de bens e serviços (Heywood, 2000).

As SEZ são usadas geralmente para promover o desenvolvimento económico e atrair investimentos estrangeiros (Ortiz *et al.*, 2016). Os incentivos fiscais oferecidos têm atualmente um maior impacto nas decisões de investimento do que nos anos anteriores. Tal impacto tem a ver, em primeiro lugar, com a redução de impostos e as isenções fiscais à criação de projetos de investimento. Em segundo lugar, durante as últimas décadas, as barreiras não-tarifárias foram reduzidas e foram tomadas medidas para liberalizar o comércio e aumentar a mobilidade do capital, o que tem favorecido as SEZ. Em último lugar, o

volume de transações transfronteiriças tem vindo globalmente a crescer.

Em termos quantitativos, existem atualmente mais de 5.400 SEZs em quase 150 economias, contra 4.000 em 2015, e várias centenas estão em fase de planeamento (UNCTAD, 2020). De acordo com o relatório do investimento mundial, nas economias em desenvolvimento, os fluxos de IDE diminuíram marginalmente em 2%, para 685 mil milhões de dólares (UNCTAD, 2020). Desde 2010, os fluxos para as economias em desenvolvimento têm-se mantido relativamente estáveis, oscilando num intervalo muito mais estreito do que os destinados aos países desenvolvidos, numa média de 664 mil milhões de dólares (UNCTAD, 2020). Os principais investidores nas economias em desenvolvimento são provenientes de Espanha (12%), principalmente vocacionados para o desenvolvimento de projetos de energia e a construção nos países da América Latina, dos Estados Unidos (9%) e da China (8%).

Já para as economias desenvolvidas, os fluxos de IDE aumentaram 5%, para 800 mil milhões de dólares, comparativamente com os 761 mil milhões de dólares em 2018 (UNCTAD, 2020). O aumento é notável, apesar do desempenho macroeconómico mais fraco, da incerteza política dos investidores e das tensões comerciais resultantes do Brexit (UNCTAD, 2020). Nestes países, os principais investidores são provenientes dos Estados Unidos (15% de todos os investidores estrangeiros), do Reino Unido (12%) e da Alemanha (8%).

### 2.4. Vantagens e desvantagens das Zonas Francas

As Zonas Francas proporcionam inúmeros benefícios para as entidades envolvidas. Fundamentalmente, as vantagens consistem na redução de impostos, contribuições e direitos

aduaneiros, na flexibilização das regras laborais, contrariamente às regras aplicáveis nos países de acolhimento, e na eliminação de entraves ao exercício das atividades económicas (OCDE, 1998).

As Zonas Francas têm sido utilizadas para promover o desenvolvimento económico e atrair investimento estrangeiro no território aduaneiro do país anfitrião, especialmente no sector económico de alta tecnologia, contribuindo assim para a criação direto e indireto de emprego e o aumento de trocas comerciais (OECD, 1998).

As outras vantagens das Zonas Francas consistem no facto de os bens produzidos na Zona Franca beneficiarem de livre circulação na União Europeia, de não ser exigido um capital mínimo para a constituição de sociedades, das sociedades que operam na Zona Franca poderem ser constituídas a 100% com capital estrangeiro, de beneficiar de isenção total de tributação, de dispor de infraestruturas elétricas, gás natural, telefone, água, esgoto e

sistema de purificação das águas, de poder importar máquinas sem pagar qualquer imposto, de beneficiar de isenção de imposto sobre o valor acrescentado e de as transações efetuadas dentro da Zona Franca poderem ser realizadas em moedas estrangeiras conversíveis.

Para o desenvolvimento das atividades empresariais, as Zonas Francas oferecem locais de armazenamento e facilitam a distribuição de mercadorias sem qualquer intervenção das autoridades alfandegárias, uma vez que estão, na sua grande maioria, instaladas nos principais portos marítimos, aeroportos e zonas geográficas mais propícias para o comércio internacional (ESPON, 2020). São assim oferecidas todas as condições de forma a diminuir os custos das transações comerciais. Estes incentivos visam a criação de empregos e a promoção do IDE. A tabela 2 expõe os potenciais benefícios e fatores a considerar nas Zonas Francas.

**Tabela 2** - Potenciais benefícios e fatores a considerar nas Zonas Francas

**Potenciais Benefícios e fatores a considerar nas Zonas Francas**

<b>Exportação</b>	A subida das exportações aumenta as reservas cambiais e melhora a balança de pagamentos.
<b>Emprego</b>	Maior oferta de emprego, diminuindo assim o desemprego no país.
<b>Salários</b>	Salários normalmente mais altos do que no país anfitrião e podem aumentar rapidamente com o tempo.
<b>Empregabilidade</b>	A empregabilidade dos trabalhadores é reforçada e tem implicações em toda a economia.
<b>Desenvolvimento regional</b>	As Zonas Francas aproveitam melhor os pontos fortes de uma economia.
<b>Infraestruturas</b>	Uma infraestrutura industrial eficiente é fundamental para que uma Zona Franca seja bem-sucedida.
<b>Serviços de apoio às Zonas Francas</b>	Uma zona de sucesso exige serviços bancários, legais, de consultoria, telecomunicações, entre outros.
<b>Atrações</b>	EPZ ajuda a atrair empresas estrangeiras de forma a garantir investimento para o país.

*Fonte: Adaptado Coelho (2020)*

Além destes benefícios para os países envolvidos, é também sabido que o FTZ é particularmente atraente para a prática de atividades ilícitas e criminosas, o comércio de produtos falsificados, o contrabando e o branqueamento de capitais (European Union Intellectual Property Office – EUIPO, 2021). De

acordo com este estudo, tem-se verificado um aumento de 6,9% do valor das exportações de produtos falsificadas, o que se traduz numa subida do valor das exportações dos produtos de contrafação.

Segundo os dados da EUIPO (2021), 6,8% das importações da União Europeia são produtos falsificados. O problema é agravado pelo facto de, para além da violação dos direitos de autores, os produtos falsificados provocarem uma quebra de receita das empresas e dos governos, se estes últimos não controlarem de forma adequada as Zonas Francas e, em particular, as entidades estrangeiras. Esta situação pode ainda ser agravada pelo facto de

estas mesmas Zonas serem geridas por entidades privadas. As entidades presentes nestas Zonas Francas não estão particularmente interessadas na regulamentação ou supervisão das suas atividades por parte das autoridades governamentais (OCDE, 1998). A tabela 3 mostra, por país/região, o número de Zonas Francas e emprego gerado pelas mesmas.

**Tabela 3** - Número de Zonas Francas e emprego gerado.

<b>País/ Região</b>	<b>Número de Zonas Francas</b>	<b>Emprego Gerado</b>
Estados Unidos	713	315.000
Ásia	749	35.285.033
América Latina	191	519.000
Comunidade Económica Europeia	55	43.599
Economias Europeias em transição	90	480.590
Médio Oriente	37	328.932
Bacia do Pacífico	14	13.590
África	87	854.975
<b>Total Mundial</b>	<b>1936</b>	<b>38.840.719</b>

*Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2017)*

### 3. Metodologia

Dada a importância destas Zonas Francas para o desenvolvimento organizacional, económico e social e para o controlo da fraude e evasão fiscais, este estudo visa analisar e comparar as vantagens fiscais das Zonas Francas da Europa.

O estudo assenta na teoria institucional e segue a técnica da análise documental para descrever as características de determinada população (Richardson 1999, p. 70).

Para a elaboração do estudo empírico foram utilizados dados secundários, provenientes essencialmente dos sites oficiais de cada Zona Franca, e da União Europeia (europa.eu), bem como a utilização de literatura, de modo a obter dados referentes aos benefícios de cada Zona Franca. A tabela 4 expõe todos os documentos utilizados para a análise comparativa em estudo.

**Tabela 4 – Tipo de documentos utilizados na análise documental**

Nome do documento	Fonte	Link
Global Free Zones of the Year 2019	Fdi intelligence	<a href="#">Acesso</a> <sup>1</sup>
Polish Investment Zone - 2019 Report	Polish Investment & Trade Agency	<a href="#">Acesso</a> <sup>2</sup>
Incentives for large-scale investors	Invest Lithuania	<a href="#">Acesso</a> <sup>3</sup>
KSSE Investors in the zone	Invest-ksse	<a href="#">Acesso</a> <sup>4</sup>
Situación Económica Y Competitiva De Las Empresas De Galicia	ZFV	<a href="#">Acesso</a> <sup>5</sup>
POLICY BRIEF//European Special Economic Zones	ESPN	<a href="#">Acesso</a> <sup>6</sup>
Birmingham City Centre Enterprise Zone Investment Plan	Birmingham Government	<a href="#">Acesso</a> <sup>7</sup>
Gild your investment in the golden valley	Invest Croatia Government	<a href="#">Acesso</a> <sup>8</sup>
Zona Franca Industrial FAQs	IBC-Madeira	<a href="#">Acesso</a> <sup>9</sup>
The Liepaja port regulations	Liepaja	<a href="#">Acesso</a> <sup>10</sup>
Browse our brochures and documentation on the activities of atlantic port of bordeaux	Bordeaux	<a href="#">Acesso</a> <sup>11</sup>
Comunicado de imprensa	EUIPO	<a href="#">Acesso</a> <sup>12</sup>
Jornal Oficial das Comunidades Europeias	EUROPA EU	<a href="#">Acesso</a> <sup>13</sup>

<sup>1</sup> <https://www.fdiintelligence.com/article/75879>

<sup>2</sup> [https://www.paih.gov.pl/publications/how\\_to\\_do\\_business\\_in\\_Poland](https://www.paih.gov.pl/publications/how_to_do_business_in_Poland)

<sup>3</sup> <https://investlithuania.com/downloads/publication/all-sectors/2/9>

<sup>4</sup> <https://www.invest-ksse.com/investors-in-the-zone-2085>

<sup>5</sup> <https://www.zfv.es/ardan/informe2020/capitulo-1.pdf>

<sup>6</sup> <https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/Policy%20Brief%20SEZ%20corr%2003-12.pdf>

<sup>7</sup> [https://www.birmingham.gov.uk/downloads/file/1319/birmingham\\_city\\_centre\\_enterprise\\_zone\\_investment\\_plan](https://www.birmingham.gov.uk/downloads/file/1319/birmingham_city_centre_enterprise_zone_investment_plan)

<sup>8</sup> <https://investcroatia.gov.hr/wp-content/uploads/2018/06/Invest-in-Po%c5%beega-Slavonia-county.pdf>

<sup>9</sup> <https://www.ibc-madeira.com/images/eBrochures/Guide-IFTZ-FAQS/>

<sup>10</sup> <https://liepaja-sez.lv/uploads/assetDocument/source/5c77c82507c35.pdf>

<sup>11</sup> <https://www.bordeaux-port.fr/en/news-and-press/documentation>

<sup>12</sup> [https://euiipo.europa.eu/tunnel-web/secure/webdav/guest/document\\_library/observatory/documents/Awareness\\_campaigns/spring\\_campaign\\_2021/pressRelease\\_SpringCampaign\\_pt.pdf](https://euiipo.europa.eu/tunnel-web/secure/webdav/guest/document_library/observatory/documents/Awareness_campaigns/spring_campaign_2021/pressRelease_SpringCampaign_pt.pdf)

<sup>13</sup> [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31999Y1202\(01\)&from=MT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31999Y1202(01)&from=MT)

A parte empírica foi dividida em dois grandes pontos: o primeiro ponto é referente às Zonas Francas da Europa, que obtiveram um prémio distinguido pela Global Free Zones of the Year 2017 e 2019; o segundo ponto concerne as Zonas Francas da Europa, que detêm uma área geográfica maior, tendo em conta a lista da Comissão Europeia, de 17 novembro de 2017.

Os dados deste estudo são reportados ao ano de 2019, pois é o último ano com estatísticas publicadas pela Associação de Zonas Francas das Américas (FDI, 2019).

Desta forma e dada a relevância e pertinência do tema nos diversos objetivos das Nações Unidas, nesta pesquisa é apresentado um estudo de caso das vantagens fiscais das

Zonas Francas da Europa, nomeadamente as estabelecidas na Polónia, Lituânia, Letónia, Espanha, Reino Unido e Croácia, distinguindo as Zonas Francas da Europa que foram distinguidas pelo prémio da Global Free Zones of the Year 2019 das restantes Zonas que constam da lista da Comissão Europeia de 17 novembro de 2017 (FDI, 2019).

Segundo a Global Free Zones of the Year 2019 (FDI, 2019), as Zonas Francas de cinco países foram distinguidas, a saber: a Polónia, a Lituânia, a Espanha, o Reino Unido e a Croácia. Importa aqui analisar as características destas Zonas Francas destes países para tentar perceber o que as distingue das outras.

---

## 4. Resultados

---

### **4.1. Estudo das Zonas Francas premiadas pelo Global Free Zones de 2017 e 2019**

Tendo em conta que atualmente existem 5.400 SEZs em quase 150 economias, com base nos Global Free Zones de 2017, verificamos que existem 6 países (Polónia, Reino Unido, Espanha, Letónia, Lituânia e Croácia) com 11 Zonas Francas que se distinguem nos seus incentivos e políticas. Contudo, nos Global Free Zones de 2019 apenas foram distinguidos 4 países europeus com 7 Zonas Francas, ficando de fora a Espanha e a Croácia.

Na Polónia, que conseguiu o oitavo lugar na fDi Global Free Zones of the Year top 10 (FDI, 2019), há quatro Zonas Francas (Katowice Special Economic Zone, Pomeranian Special Economic Zone, Łódz Special Economic Zone e Starachowice Special Economic Zone) que

gozam de vários benefícios fiscais, em especial uma redução ou isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), comparativamente com a taxa geral de IRC de 19% na Polónia (ZPI, 2019). A Zona com maior benefício é a Starachowice Special Economic Zone, pois está previsto uma isenção de IRC durante 10, 12 ou 15 anos (KSSE, 2021).

Cada Zona Franca tem o seu domínio de especialização e dessa forma envolve diferentes tipos de empresas. Destaca-se aqui a Katowice Special Economic Zone, considerada a Zona nº 1 da Europa (FDI, 2019) e a Łódz Special Economic Zone, distinguida como Zona altamente recomendada na Europa (FDI, 2019), pois têm um maior número de empresas (390 e 313, respetivamente) e de colaboradores (76000 e 36000, respetivamente) (KSSE, 2021). A primeira Zona

engloba, várias empresas, tais como a Opel *Manufacturing Poland*, *NGK CERAMICS POLSKA* e *Kronospan OSB*, (KSSE, 2021). Esta zona criou, desde a sua fundação (1996), 80.000 empregos (FDI, 2019). A zona desenvolveu um projeto, designado *Silesia Automotive e Advanced Manufacturing (SA&AM) cluster*, que funciona como uma plataforma de cooperação e intercâmbio de ideias e experiência entre empresas do setor automóvel. O cluster já atraiu cerca de 100 empresas e instituições do setor automóvel (FDI, 2019).

Já a *Łódz Special Economic Zone* Łódz tem uma abordagem prospetiva da SEZ para aumentar o número de parceiros e, dentro das suas iniciativas, destacam-se o acelerador *StartUpSpark2.0*, o programa de formação *Strefa RozwoYou* e a implementação da tecnologia 5G (FDI, 2019). Em 2018, um terço dos projetos de investimento na Zona foram de clientes existentes, reforçando ainda mais a sua reputação como um lugar onde os investidores querem expandir o seu negócio. A Haering, uma empresa produtora de peças para grandes marcas automóveis, incluindo Mercedes, BMW, Audi e Volkswagen, investiu quase 58 milhões de euros para expandir as operações e emprega agora mais de 2150 trabalhadores nesta zona (FDI, 2019).

Destas 4 Zonas Francas estabelecidas na Polónia, a *Pomeranian Special Economic Zone* e a *Starachowice Special Economic Zone* não tiveram distinções no *fDi Global Free Zones of the Year de 2019* (FDI, 2019).

A Lituânia tem duas Zonas Francas, a *Kaunas Free Economic Zone* e a *Klaipeda Free Economic Zone*. A segunda Zona Franca ganhou, no *Bespoke Awards*, a distinção de expansão e espaço flexível, local de transporte, *Workforce amenities*. Porém, a *Kaunas Free*

*Economic Zone* perdeu as distinções que obteve em 2017 (FDI, 2019). Ambas beneficiam de uma taxa de IRC de 0% nos primeiros 10 anos e de 7,5% durante os próximos 6 anos (de 11 até 16 anos), contra a taxa geral de IRC de 15%. Cada uma destas Zonas tem também os seus domínios de especialização (IL, 2019). A *Kaunas Free Economic Zone* opera nos setores da automação industrial, armazenagem e logística, farmacêuticas e placas isolantes. Esta Zona compreende empresas como *Yazaki*, *Albright* e *Retal*. Já a *Klaipeda Free Economic Zone* está especializada em outros setores, como plásticos e produtos químicos, processamento de comida, logística de valor agregado, veículos elétricos e componentes automóveis e estruturas metálicas, e conta com empresas como a *Continental*, *Chemsys* e a *Hella*. Dada a sua diversidade, a *Klaipeda Free Economic Zone* detém mais empresas do que a *Kaunas Free Economic Zone* (100 e 32, respetivamente) e também um maior número de funcionários do que a *Kaunas Free Economic Zone* (5400 e 5000, respetivamente), sendo que esta última apresenta um maior número de funcionários por empresa, dado a maior dimensão destas empresas (IL, 2019).

A Letónia apresenta três Zonas Francas, a *Freeport of Ventspils*, a *Rezekne Free Economic Zone* e a *Liepaja Special Economic Zone*, sendo a tributação (IRC) de 4% nas três Zonas. Cada Zona Franca tem uma especialização específica: A *Freeport of Ventspils*<sup>14</sup>, que ganhou no *Despoke Awards* a distinção de desenvolvimento de *clusters*, de colaboração entre fronteiras, de *upgrade* de infraestruturas, de apoio ao arranque e expansão (FDI, 2019), é especializada nas empresas industriais, nos produtos petrolíferos, nas infraestruturas de fabricação personalizada, nas telecomunicações e nos serviços de engenharia, ao passo que a *Rezekne Free*

<sup>14</sup> [www.portofventspils.lv/en/](http://www.portofventspils.lv/en/)

*Economic Zone*<sup>15</sup> está mais vocacionada para a metalurgia, a madeira e o processamento de produtos de carne de alta qualidade. Esta Zona conta com 59 empresas, como a *Diana Candles Lars Olesen*, a *EUROLCDs* e a *FROLI Báltico*. A *Rezekne Special Economic Zone*, ganhou, no *Despoke Awards*, a distinção de talentos e de incentivos (FDI, 2019) e compreende um total de 2300 funcionários. A *Freeport of Ventspils* possui cerca de 1500 funcionários (ESPON, 2020).

A *Liepaja Special Economic Zone* ganhou, no *Despoke Awards*, a distinção de expansão de *upgrade* de infraestruturas e de desenvolvimento da área portuária (FDI, 2019). É considerado o porto de crescimento mais rápido na região do Mar Báltico. O seu volume de negócios de carga aumentou 16% em 2017 e 14,4% em 2018, atingindo o o recorde de 7,53 milhões de toneladas (FDI, 2019). As empresas de estiva dos portos têm armazéns construídos e áreas de armazenamento abertas e podem fornecer soluções logísticas multimodais (FDI, 2019). De acordo com a lei de Liepaja SEZ<sup>16</sup>, a *Liepaja Special Economic Zone* foi estabelecida a 1 de março de 1997 e existirá até 2035. O objetivo desta Zona Franca é desenvolver o ambiente empresarial, a produção, a navegação e o tráfego aéreo, assim como o comércio internacional através da Letónia.

Relativamente a Espanha, apesar desta apresentar várias Zonas Francas no *ranking* de 2017 (*Global Free Zones of the Year 2017*), no *Global Free Zones of the Year 2019* não obteve nenhuma distinção. Em 2017, a Zona Franca de Vigo conseguiu o prémio na categoria da empresa mais inovadora do ano, a *SPECIALISMS AWARDS* (FDI, 2017). Nesta Zona, segundo a informação disponível, quanto maior for a diferenciação do negócio, maior será o incentivo fiscal. Sabe-se que a taxa de

IRC praticada na Espanha é de 25%. De acordo com ZFV (2020), a Zona Franca de Vigo está mais vocacionada para o desenvolvimento de atividades no setor bancário, no domínio das indústrias de pedra natural esculpida e serrada e na área do vestuário. Esta Zona Franca tem cerca de 660 empresas, entre as quais se inclui o Banco Popular *Español*, a *ACP Piedras* e a *SL Adolfo Dominguez, SA*, e detém um total de 21.900 funcionários.

O Reino Unido apresenta como Zona Franca a *Birmingham Enterprise Zone*, que obteve o prémio *Aftercare Services Award em 2017* (FDI, 2017) e *SPECIALISMS WINNERS* no Serviço financeiro e profissional em 2019 e no *Bespoke Awards* a distinção de serviços de realocação (FDI, 2019). O *Enterprise Zone Programme Board* aprovou recentemente uma prorrogação adicional de dois anos para o projeto *Relocation Services*, prorrogando-o até 31 de Março de 2020 (FDI, 2019). O projeto foi lançado em 2015 para proporcionar um incentivo à realocação em zonas empresariais e um serviço de assistência pós-instalação. O projeto continua a apoiar a realocação de empresas na zona, tal como a PwC, que se deslocalizará e ocupará quatro andares de 1 *Chamberlain Square* no local *Enterprise Zone Paradise* (FDI, 2019). De acordo com *Birmingham City Council* (EZ, 2020), nesta Zona, as empresas beneficiam de uma isenção da taxa de IRC e IVA. Em matéria de setores de atividade, a Zona Franca está mais vocacionada para o setor dos negócios e serviços financeiros, das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), das indústrias criativas, da média digital e o setor farmacêutico e saúde. Esta Zona Franca compreende 30 empresas, tais como a *GKN*, *MOOG*, *Eurofins* e a *SAIC*, e tem como ambição criar 40.000 empregos.

A Zona Franca da Croácia, sem distinções em 2017 e 2019, conta com a *Industrial Zone of*

<sup>15</sup> <http://www.rsez.lv/index.php/en>

<sup>16</sup> <https://liepaja-sez.lv/en/investoriem/sez-prieksrocibas>

*Pleternica* onde, nos primeiros 10 anos as empresas não pagam imposto, e entre os 10 e 16 anos só pagam 50% da taxa de IRC, que é atualmente de 18% (IIC, 2018). Esta Zona Franca está especializada no processamento da madeira e do metal, na indústria agroalimentar e no vinho. Esta Zona Franca engloba 698 empresas, como a *Kutjevo*, a *Lipik Glas*, a *DLEDS* e a *Mikado-Chocolate*, e conta com um total de 21.100 funcionários. Esta Zona Franca destaca-se, pois é a que detém o maior número

de colaboradores por empresa, em média 1333 (IIC, 2018).

Em termos de sustentabilidade, a nível europeu, a Zona franca de *Freeport of Ventspils* foi referida como tendo contribuído para o desenvolvimento da região ao preservar o património cultural, criando um ambiente de vida moderno e agradável no território portuário, bem como contribuindo para a sustentabilidade global da cidade (FDI, 2019).

**Tabela 5** – Sumário das Global Free Zones de 2017 (FDI, 2017)

País	Global Free Zones of 2017	Distinção	Benefícios	Especialização	Nº de empresas	Nº Colaboradores	Nº médio de colaboradores por Empresa	Sustentabilidade
Polónia	Katowice Special Economic Zone	Vencedor geral (vencedor – Europa); Prémio de desenvolvimento de clusters	Redução ou isenção de IRC redução de 25 a 55%.	Setor automóvel, vidro e aço	390 e 313	76.000	108	Não
	Pomeranian Special Economic Zone	Vencedor geral (altamente elogiado – Europa); Prémio Aftercare Services; Prémio para a colaboração transfronteiriça; Prémio de acesso a Finanças	Várias reduções de IRC: a) Pomorskie, Zachodniopomorskie e Kujawsko-Pomorskie, a redução é de 35 a 55% b) na Wielkopolskie de 25 a 45% c) na Lubelskie de 50 a 70%.	Setor eletrónico, do papel e da construção naval	180	26.550	148	Não
	Łódź Special Economic Zone	Vencedor – Prémios PME (Europa); Start-up Support); Prémio Marketing Digital Awards	Redução de IRC de 35% para as grandes empresas, 45% para as medias empresas e de 55% para pequenas empresas	Setor dos eletrodomésticos, produtos farmacêuticos e de beleza e centros de serviços compartilhados	390 e 313	36.000	51	Não
	Starachowice Special Economic Zone	Prémio de colaboração académica; Prémio “Global Free	Isenção de 10, 12 ou 15 anos	Especializada em metal, automóvel e cerâmica	176	8.289	47	Não
Lituânia	Kaunas Free Economic Zone	Prémio de aumento da conectividade – SMEs – Europa	Taxa de IRC é de 0% nos primeiros 10 anos e de 7,5%	Setores da automação industrial, armazenamento e logística,	32	5.000	156	Não

			do imposto dos 10 até 16 anos	preparações farmacêutica s e placas isolantes				
	Klaipeda Free Economic Zone	Prémio de lançamento rápido; Eficiência energética; Contribuição para a economia nacional		Setores: plásticos e produtos químicos, processamen to de comida, logística de valor agregado, veículos elétricos e componentes automóveis e estruturas metálicas.	100	5.400	54	Não
	Freeport of Ventpils	FDI Intelligence and logistics <sup>17</sup>	Taxa de IRC de 3%	Empresas de manufatura, produtos petrolíferos, infraestrutura s de fabricação personalizada	25	1.500	60	Não
<b>Letónia</b>				telecomunica ções e serviços de engenharia				
	Rezekne Free Economic Zone	Year Award - empresa metalúrgica	Taxa de IRC de 3%	Metalurgia, madeira e processamen to de produtos de carne de alta qualidade	59	2.300	39	Não
	Consórcio Zona Franca de Vigo	Empresa mais inovadora do ano SPECIALISM S AWARDS	Quanto maior for a diferenciação do negócio, maior será o incentivo fiscal	Desenvolvim ento de atividades no setor bancário, no domínio das indústrias de pedra natural esculpida e serrada e na área do vestuário	660	21.900	33	Não
<b>Espanha</b>								
	Birmingham Enterprise Zone	Prémio Aftercare Services Award	Isenção da taxa de IRC e IVA	Setor dos Negócios e Serviços Financeiros, das TIC, das indústrias criativas, da indústria digital e do setor farmacêutico e saúde	30	40.000	1333	Não
<b>Reino Unido</b>								
	Industrial Zone of Pleternica	–	Nos primeiros 10 anos, as empresas não pagam imposto, e	Processamen to de madeira e de metal, indústria	698	21.000	30	Não
<b>Croácia</b>								

<sup>17</sup> fDi Intelligence. <https://www.fdiintelligence.com/Special-Reports/Lodz-Special-Economic-Zone-aims-to-innovate-and-diversify>

entre os 10 e  
16 anos só  
pagam 50% da  
taxa de IRC

agroalimentar  
e vinho

A tabela 6 caracteriza as diferentes Zonas  
Francas dos 4 países premiados em 2019.

**Tabela 6** – Sumário das Global Free Zones de 2019

<b>País</b>	<b>Global Free Zones of 2017</b>	<b>Distinção</b>	<b>Benefícios</b>	<b>Especialização</b>	<b>Nº de empresas</b>	<b>Nº Colaboradores</b>	<b>Nº médio de colaboradores por Empresa</b>	<b>Sustentabilidade</b>
<b>Polónia</b> (eight place in the fDi Global Free Zones of the Year top 10)	Katowice Special Economic Zone	Noº1 na Europa, também	Redução ou isenção de IRC redução de 25 a 55%.	Setor automóvel, vidro e aço	450	80.000	178	Não
	Łódź Special Economic Zone	Distinguida como Zona altamente recomendada na Europa	Redução de IRC de 35% para as grandes empresas, 45% para as medias empresas e de 55% para pequenas empresas	Setor dos eletrodomésticos, produtos farmacêuticos e de beleza e centros de serviços compartilhados	290	33.200	114	Não
<b>Lituânia</b>	Klaipeda Free Economic Zone	Bespoke Awards a distinção de expansão e espaço flexível, local de transporte, Workforce amenities	Taxa de IRC é de 0% nos primeiros 10 anos e de 7,5% do imposto dos 10 até 16 anos	Setores: plásticos e produtos químicos, processamento de comida, logística de valor agregado, veículos elétricos (e componentes), e estruturas metálicas offshore e grandes	100	5900	59	Não
	Freeport of Ventspils	Despoken Awards a distinção de desenvolvimento	Taxa de IRC de 4%	Empresas de manufatura, produtos petrolíferos,	25	1.500	60	Contribuiu para o desenvolvimento da região

nto de clusters, colaboração entre fronteiras, de upgrade de infraestruturas, apoio ao arranque e de expansão

infraestruturas de fabricação personalizada, telecomunicações e serviços de engenharia

ao preservar o património cultural, criando um ambiente de vida moderno e agradável no território portuário, bem como contribuindo para a sustentabilidade de global da cidade.

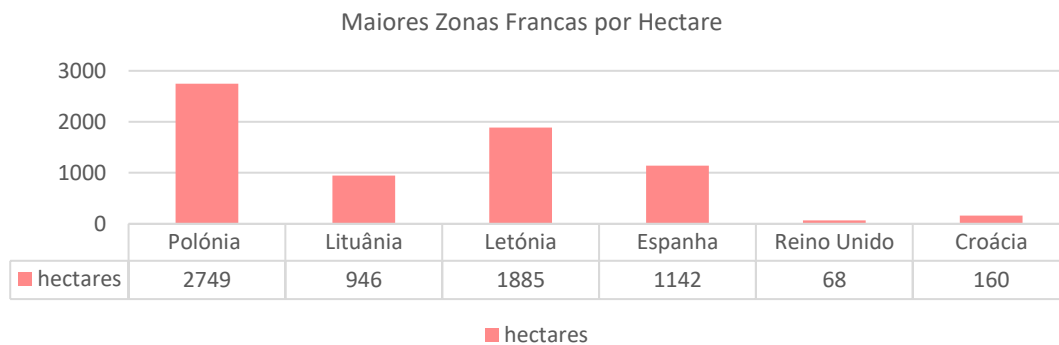
	Rezekne Free Economic Zone	Melhor em três categorias "Expansões", "Piscina de Talentos", "Incentivos".	Taxa de IRC de 4%	Metalurgia, madeira e processamento de produtos de carne de alta qualidade	20	1.200	60	Não
	Liepaja Special Economic Zone	Distinção de expansão de upgrade de infraestruturas e de desenvolvimento de Porto	Taxa de IRC de 4%	Metalurgia, comércio, produção, indústria naval e comércio de bens internacionais	43	2.129	50	Não
<b>Reino Unido</b>	Birmingham Enterprise Zone	SPECIALISMS WINNERS no Serviço financeiro e nos Bespoke Awards a distinção de serviços de relocação	Isenção da taxa de IRC e IVA	Setor dos negócios e serviços financeiros, das TIC, das indústrias criativas, da indústria digital e do setor farmacêutico e saúde	30	40.000	1333	Não

#### 4.2. Estudo das Maiores Zonas Francas da Europa

Relativamente às Zonas Francas da Europa com maior dimensão por Estado-membro, segundo a lista da Comissão Europeia de 17 novembro de 2017 (Comissão Europeia, 2017), a Polónia tem as Zonas Francas de maior dimensão, com 2.749 hectares (ha) no total, seguida da Letónia com Zonas Francas correspondentes 1885 ha,

a Espanha e a Lituânia que apresentam Zonas com 1142 ha e 946 ha, respetivamente. As Zonas que apresentam uma menor área estão estabelecidas na Croácia, com 160 ha, e o Reino Unido, com 68 ha. A figura 1 mostra os diferentes países com Zonas Francas por hectare.

Figura 1 - Maior Zona Franca por hectare na União Europeia



Fonte: Adaptado da lista da Comissão Europeia (2017)

### 4.3. Estudo das Maiores Zonas Francas da Europa

O Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) é constituído por uma Zona Franca Industrial (ZFI) pelos serviços Internacionais e por um Registo Marítimo Internacional (MAR). Este Centro, aprovado pela Comissão Europeia, foi criado com o objetivo de atrair investimento externo, e beneficia, para o efeito, de um regime fiscal especial (KPMG, 2008). Atualmente, a taxa de IRC é de 5%, estando previsto a sua manutenção até 2027 (IBC, 2021). As entidades que prosseguem atividades industriais e que preencham pelo menos duas das seguintes condições, beneficiam de uma dedução à coleta de 50% (art. 36-A, n.º 6 dos Estatutos dos Benefícios Fiscais - EBF):

- modernização da economia da Região, nomeadamente através da inovação tecnológica de produtos e de processos de fabrico ou de modelos de negócio;
- diversificação da economia regional, nomeadamente através do exercício de novas atividades de elevado valor acrescentado;

- contratação de recursos humanos altamente qualificados;
- melhoria das condições ambientais;
- criação de, pelo menos, 15 postos de trabalho que deverão ser mantidos durante um período mínimo de cinco anos.

Para além destas condições, as entidades devem ainda observar um dos seguintes requisitos de elegibilidade previstas no n.º 2 do artigo 36.º do EBF, isto é, criar um a cinco postos de trabalho nos seis primeiros meses de atividade e realizar um investimento mínimo de 75 mil euros na aquisição de ativos fixos, tangíveis e intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade; ou ainda criar seis ou mais postos de trabalho nos seis primeiros meses de atividade. O limite máximo da matéria coletável objeto do benefício fiscal depende do número de postos de trabalho criados pelo beneficiário, o que significa que as entidades licenciadas na Zona Franca podem beneficiar de uma maior dedução à matéria coletável quanto mais criarem postos de trabalho, conforme definido no art. 36.º-A, n.º 4 do EBF.

Uma vez constituídas, as entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira podem exercer atividades económicas relacionadas com a

indústria transformadora; a produção e distribuição de eletricidade, gás e água; o comércio por grosso; transportes e comunicações; atividades imobiliárias, alugueres e prestação de serviços às empresas; ensino superior, ensino para adultos e outras atividades educativas, e outras atividades de serviços coletivos, conforme definido no art. 36.º-A, n.º 7 do EBF.

#### 4.4. Outros regimes fiscais favoráveis

Segundo a lista das Zonas Francas que constam da lista da Comissão Europeia (2017), existem outros regimes fiscais nos países da União Europeia. É o caso das Zonas Francas da Itália, Bulgária, Roménia, Chipre, Dinamarca e Grécia, cuja taxa de IRC não difere da taxa em vigor nesses países.

De salientar ainda a Zona Franca de Malta<sup>3</sup> assemelha-se à Zona Franca da Madeira, ao nível administrativo, fiscal e geográfico e em termos de taxa de IRC (Offshore Company, 2021a). O facto de Malta ter entrado na União Europeia<sup>18</sup> em 2004 e ter aderido ao Euro em 2008, fez deste país um grande atrativo para os investidores, que decidiram deslocalizar os seus negócios para a Malta, tendo em conta o sistema fiscal mais vantajoso para as empresas (Offshore Company, 2021b).

O Zona Franca de Barcelona<sup>19</sup> tem um regime fiscal favorável, com uma das mais baixas taxas de IRC. Em vez da habitual taxa de IRC de 25-30% em vigor em Espanha, as empresas estão

sujeitas às taxas de IRC e IVA de 4% e 5%, respetivamente.

No que diz respeito à Zonas Francas da Letónia (*Liepaja Special Economic Zone*) (Liepaja, 2018) e da França (*Zona franca de Verdon - Port de Bordeaux*) (APB, 2017), estas Zonas preveem uma dedução ao IRC que pode chegar aos 80%. No caso da Lituânia, está previsto uma isenção de IRC nos primeiros 10 anos, e entre os 11 e os 16 anos, a dedução no IRC pode chegar aos 7,5%, taxa bem inferior àquele que é aplicável na Letónia.

Nas Zonas Francas do Luxemburgo, Reino Unido e Alemanha, está previsto uma completa isenção da taxa de IRC, o que constitui uma vantagem significativa comparativamente com a taxa aplicável às restantes empresas destes países (Coelho, 2020).

Relativamente às Zonas Francas com maior taxa de IRC, a Zona Franca da Eslovénia pratica uma taxa de 19%, da Croácia de 18%, da República Checa de 19%, da Estónia e a Finlândia de 20%, aplicando, assim, taxas bem superiores às praticadas, por exemplo, na Zona Franca da Madeira (União Europeia, 2021).

Em síntese, estes regimes fiscais favoráveis beneficiam de um regime de tributação mais reduzido ou até mesmo de isenção de IRC.

A tabela 7 faz o sumário dos países com Zonas Francas mais favoráveis.

**Tabela 7** – Benefícios Fiscais das Zonas Francas da lista da Comissão Europeia (2017)

País	Benefícios
Portugal (Madeira)	Taxa de IRC de 5%
Malta	Taxa de IRC de 5%
Espanha (Barcelona)	Taxa de IRC de 4% e IVA 5%
Letónia	Dedução de IRC até 80%
França	Dedução de IRC até 80%

<sup>18</sup> [https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/malta\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/countries/member-countries/malta_pt)

<sup>19</sup> EI CONSORIC ZONA FRANCA BARCELONA. <https://elconsorci.es/es/zona-franca/avantatges-de-la-zona-franca>

Lituânia	Isenção de IRC nos primeiros 10 anos e entre os 10 e 16 anos dedução até 7,5%
Luxemburgo	Isenção da taxa de IRC
Reino unido	Isenção da taxa de IRC
Alemanha	Isenção da taxa de IRC
Eslovénia	Taxa de IRC de 19%
Croácia	Taxa de IRC de 18%
República Checa	Taxa de IRC de 19%
Estónia	Taxa de IRC de 20%
Finlândia	Taxa de IRC de 20%

*Fonte: Adaptado de Comissão Europeia (2017)*

## 5. Conclusões

A situação global existente mostra um declínio acentuado no comércio global que, juntamente com os efeitos da recente crise causada pela Pandemia COVID-19, provocam uma pressão extremamente forte nos fluxos globais de IDE.

As Zonas Francas desempenham um papel importante no desenvolvimento de economias desfavorecidas. Por outro lado, as Zonas Francas podem ser extremamente prejudiciais para a economia mundial na medida em que criam regimes fiscais preferenciais e estabelecem regras de tributação que divergem significativamente dos padrões internacionalmente aceites ou praticados pelos países da OCDE, o que pode levar a casos de fraude e evasão fiscais internacionais. No entanto, as Zonas Francas podem ser extremamente importantes para a dinamização de certas localidades ou regiões, pois visam promover o desenvolvimento económico, contribuir para a criação de emprego, melhorar as condições sociais e económicos das pessoas e, assim, possibilitar um maior crescimento do PIB do próprio país.

Tendo em conta os diferentes objetivos das Nações Unidas na agenda 2030, este estudo, com base na teoria institucional, analisa e compara os regimes fiscais das Zonas Francas da Europa. Os resultados da análise comparativa realizada indicam que as Zonas

Francas da Europa com tributação mais baixa estão estabelecidas na Polónia, Letónia e Espanha. Estes três países são os que detêm as maiores Zonas Francas da Europa. Relativamente às Zonas Francas com regimes fiscais mais atrativos, estas situam-se no Luxemburgo, no Reino Unido e na Alemanha, com isenção total de IRC. As Zonas Francas que abarcam mais colaboradores por empresas são as estabelecidas na Croácia, na Lituânia (Kaunas Free Economic Zone) e na Polónia (Pomeranian Special Economic Zone). Por outro lado, e dada a importância da sustentabilidade, foi possível verificar que a Zona Franca de Freeport of Ventspils, na Polónia, foi distinguida por ter contribuído para a sustentabilidade global da cidade a que pertence.

Apesar das vantagens, as Zonas de baixa tributação são, sem dúvida, um sistema muito controverso de concorrência fiscal desleal a nível internacional que acarreta prejuízos para o sistema económico, financeiro e social. Os benefícios fiscais aplicam-se não só às Zonas Francas como são extensíveis aos países satélites que beneficiam diretamente com estes regimes fiscais.

Este estudo contribui para uma melhor compreensão dos regimes fiscais das Zonas Francas da Europa ao identificar e comparar os

incentivos fiscais proporcionados por cada Zona Franca. Dado que as Zonas Francas contribuem para o desenvolvimento empresarial, económico e social, assim como para o controlo da fraude e evasão fiscal, este estudo revê-se importante para o governo para a redefinição de políticas, assim como para as empresas para o estabelecimento de estratégias fiscais.

Deste trabalho surgiram algumas limitações resultantes da escassez de informações ou da

falta de cooperação/transparência por parte destas Zonas que permita apurar o tipo de operação, a legalidade das operações e os esquemas de planeamento fiscal abusivo.

Para investigação futura, sugere-se o desenvolvimento de um estudo mais abrangente, incluindo Zonas Francas para além das existentes na Europa. Sugerimos também estudos que avaliem o impacto da Pandemia COVID 19 na mobilização de empresas para Zonas Francas.

- Akbari, M., Azbari, M. E., & Chaijani, M. H. (2019). Performance of the Firms in a Free-Trade Zone: The Role of Institutional Factors and Resources. *European Management Review*, 16(2), 363-378.
- APB, A. (2017). Bordeaux Port. Obtido em 06 de maio de 2021, <https://www.bordeaux-port.fr/en/news-and-press/documentation>
- Amado, J. D. (1989). Free Industrial Zones: Law and Industrial Development in the New International Division of Labor. *Penn Law: Legal Scholarship Repository*. 11(81), 81-131. Borozan, D., & Kelepo, Z. (2011). *An assessment of Croatia's free zone benefits within the international framework*. In Bojanić, I. B. & Lulić, M, Contemporary Legal & Economic Issues III, 330-352.
- Cipollini, C. (2019). Special Tax Zones and EU Law: Theory, Implementations, and Future Challenges. The Netherlands: Kluwer Law International B.V.
- Comissão Europeia (2017). Diretiva do Conselho que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade em relação aos mecanismos transfronteiras a comunicar. [https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:638f0a5d-568f-11e7-a5ca-01aa75ed71a1.0023.02/DOC\\_1&format=PDF](https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:638f0a5d-568f-11e7-a5ca-01aa75ed71a1.0023.02/DOC_1&format=PDF)
- Costa, N. S. D. S. (2020). Das zonas francas e sua importância na atualidade: os exemplos de Manaus e a Terra do Fogo. *Cadernos Metrópole*, 22, 869-892.
- Coelho, G. (2020). As Zonas Francas da Europa. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Politécnico do Porto.
- ESPON (2020). European Special Economic Zones. Obtido em 2 de maio de 2021, <https://www.espon.eu/sites/default/files/attachments/Policy%20Brief%20SEZ%20corr%2003-12.pdf>
- EBF. Decreto-Lei n.º 215/89, Diário da República n.º 149/1989, Série I de 1 de julho.
- EUIPO (2021). Os consumidores enfrentam mais riscos do que nunca devido aos produtos falsificados. Obtido em 10 de maio de 2021, de [https://euiipo.europa.eu/tunnel-web/secure/webdav/guest/document\\_library/observatory/documents/Awareness\\_campaigns/spring\\_campaign\\_2021/pressRelease\\_Spring\\_Campaign\\_pt.pdf](https://euiipo.europa.eu/tunnel-web/secure/webdav/guest/document_library/observatory/documents/Awareness_campaigns/spring_campaign_2021/pressRelease_Spring_Campaign_pt.pdf)

- EUROPA (1999). Comunicação da Comissão publicando a lista as zonas francas existentes e em actividade na Comunidade (1999/C 345/03), Jornal Oficial das Comunidades Europeias. [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31999Y1202\(01\)&from=MT](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:31999Y1202(01)&from=MT)
- EZ, B. (2020). Birmingham City Centre Enterprise Zone Investment Plan. Obtido em 05 de maio de 2021, de Birmingham: [https://www.birmingham.gov.uk/downloads/file/1319/birmingham\\_city\\_centre\\_enterprise\\_zone\\_investment\\_plan](https://www.birmingham.gov.uk/downloads/file/1319/birmingham_city_centre_enterprise_zone_investment_plan)
- Fias (2008). Special Economic Zones. Performance, Lessons learned, and implications for zone development. Washington, DC, Facility for Investment Climate Advisory Services – FIAS Annual Review, World BankGroup.
- FDI (2017). Global Free Zones of the Year 2017 – Winners. Obtido em 9 de abril de 2021, de [fdiintelligence: https://www.fdiintelligence.com/article/70135](https://www.fdiintelligence.com/article/70135)
- FDI (2019). Global Free Zones of the Year 2019 – Winners. Obtido em 10 de julho de 2021, de [fdiintelligence: https://www.fdiintelligence.com/article/75879](https://www.fdiintelligence.com/article/75879)
- Fodor, M. (2009). Free zones: Benefits and costs. Organisation for Economic Cooperation and Development. *The OECD Observer*, 275, 19-21.
- Haywood, R. (2000). Free zones in the modern world. In Presentation of the World Economic Processing Zones Association, CFATF Meeting, Aruba.
- IBC, M. (2021). IBC Madeira. Obtido em 6 de abril de 2021, de <https://www.ibc-madeira.com/images/eBrochures/Guide-IFTZ-FAQS/>
- IIC, I. (2018). Invest Croatia. Obtido em 6 de abril de 2021, de <https://investcroatia.gov.hr/wp-content/uploads/2018/06/Invest-in-Po%c5%beega-Slavonia-county.pdf>
- IL, I. (2019). Invest Lithuania. Obtido em 5 de maio de 2021, de <https://investlithuania.com/downloads/publication/all-sectors/2/>
- ILO (2003). Employment and social policy in respect of export processing zones (EPZs). Governing Body, 286th Session. Geneva: ILO Publications.
- KPMG, S. (2008). A Competitividade Fiscal da Região Autónoma da Madeira.
- KSSE (2021). Katowice Special Ecomic Zone. Obtido em 3 de maio de 2021, de <https://www.invest-ksse.com/investors-in-the-zone-2085>

- Liepaja. (2018). Liepaja-sez. Obtido em 10 de maio de 2021, de <https://liepaja-sez.lv/uploads/assetDocument/source/5c77c82507c35.pdf>
- OCDE (1998). Harmful Tax Competition: An Emerging Global Issue. Hungary Korea. Obtido em 10 de maio de 2021, de <https://www.oecd.org/tax/harmful/1904176.pdf>
- Offshore Company (2021a). Obtido em 8 de maio de 2021, de <https://www.offshorecompany.com/company/madeira-corporation/>
- Offshore company (2021b). Obtido em 28 de maio de 2021, de <https://www.offshorecompany.com/company/malta-ibc/>
- Ortiz, J. A., Delgado, P. F., Martel, M. J. M., & Riveras, J. (2016). Study and Analysis of Special Economic Zones. Proposal for the Improvement of the Current Spanish Free Trade Zones. *Revista Empresa y Humanismo*, 19(2), 7-50.
- Pakdeenurit, N. S. (2014). Special Economic Zone: Facts, Roles, and Opportunities of Investment. Proceedings of the International MultiConference of Engineers and Computer Scientists, II. Obtido em 2 de abril de 2021, de [http://www.iaeng.org/publication/IMECS2014/IMECS2014\\_pp1047-1051.pdf](http://www.iaeng.org/publication/IMECS2014/IMECS2014_pp1047-1051.pdf)
- Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas.
- Riveras, J. (2016). Study and Analysis of Special Economic Zones. Proposal for the Improvement of the Current Spanish Free Trade Zones. *Revista Empresa y Humanismo*, 19(2), 7-50
- UNEP (2015). Free Trade Zones and trade in ODS. Obtido em 8 de maio, de [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/28382/7745FreeTradeZ\\_EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/28382/7745FreeTradeZ_EN.pdf?sequence=1&isAllowed=y)
- União Europeia (2017). Obtido em novembro 2021, de [https://europa.eu/youreurope/business/taxation/vat/vat-rules-rates/index\\_pt.htm](https://europa.eu/youreurope/business/taxation/vat/vat-rules-rates/index_pt.htm)
- União Europeia (2021). Taxation trends in the European Union. Data for the EU Member States, Iceland and Norway. Disponível em <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/d5b94e4e-d4f1-11eb-895a-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF>
- UNCTAD (2020). World Investment Report 2020. Disponível em [https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020\\_en.pdf](https://unctad.org/system/files/official-document/wir2020_en.pdf).

# BIBLIOGRAFIA

UNIDO (1997). Industrial Estates Principles and Practice. Technical Report. United Nations Industrial Development Organization.

WORLD BANK. (1992). Export Processing Zone. Industry and Development Division.

ZFV (2020). ARDÁN. Obtido em 7 de abril de 2021, de <https://www.zfv.es/ardan/informe2020/capitulo-1.pdf>.

ZPI (2019). Polish Investment & Trade Agency. Obtido em 5 de maio de 2021, de [https://www.paih.gov.pl/publications/how\\_to\\_do\\_business\\_in\\_Poland](https://www.paih.gov.pl/publications/how_to_do_business_in_Poland)